

**UM OLHAR NA ESCOLA DO CAMPO COM PERSPECTIVAS PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: DISTRITO DE PONTINHA DO COCHO -
CAMAPUÃ – MS**

A LOOK AT THE FIELD SCHOOL WITH PERSPECTIVES FOR LOCAL
DEVELOPMENT: PONTINHA DO COCHO DISTRICT - CAMAPUÃ – MS

UNA MIRADA A LA ESCUELA DE CAMPO CON PERSPECTIVAS PARA EL
DESARROLLO LOCAL: DISTRITO DE COCHO PONTINHA - CAMAPUÃ – MS

Suely Cristina Soares da Gama¹

Kleide Ferreira de Jesus²

Resumo: O trabalho é fruto da dissertação defendida em 2015, a pesquisa ocorreu no Distrito de Pontinha do Cocho, município de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, na Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva. O objetivo central foi analisar o projeto pedagógico da escola em estudo, assim como, verificar as dificuldades dos alunos no acesso aos estudos e a continuidade. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio da análise bibliográfica, questionários estruturados e aplicados à comunidade escolar e à comunidade local pautado na educação no campo e na cultura da comunidade com perspectivas de desenvolvimento local. A partir dos resultados, verificou-se que há forte ligação entre alunos e professores, referente a um sentimento de pertença com a unidade escolar. Grande parte desses professores foram alunos nessa escola. Um ponto não satisfatório é representado pela distância residencial à escola, pois os alunos são oriundos de áreas rurais longínquas, interferindo dessa forma no rendimento escolar. Conforme o depoimento dos sujeitos colaboradores na pesquisa, a escola, desde o início da sua construção favoreceu e contribuiu para que a comunidade usufrísse desse espaço para o desenvolvimento humano. Parte dos moradores foi para a área urbana buscar novos conhecimentos e retornaram com nível superior, em sua maioria, com formação em pedagogia. As questões sociais não são resultados somente da educação, mas também necessárias às questões de políticas públicas para o homem do campo, como a infraestrutura de trabalhos, com a finalidade de resultar em uma educação de qualidade, voltada para a formação da cidadania.

Palavras-chave: Educação do Campo; Comunidade; Cultura; Área Rural.

¹ Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS. Diretora Escolar. Campo Grande/MS. E-mail: suely.gama@hotmail.com Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5384106847793564> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9529-7454>

² Doutoranda em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS. E-mail: kleideferreira@hotmail.com.com Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8550013551935321> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5052-1507>.

Abstract: The work is the result of the dissertation defended in 2015, the research took place in the District of Pontinha do Cocho, municipality of Camapuã, in the State of Mato Grosso do Sul, at the Joaquim Malaquias da Silva State School. The central objective was to analyze the pedagogical project of the school under study, as well as to verify the difficulties of students in accessing studies and continuity. The research data were obtained through bibliographic analysis, structured questionnaires applied to the school community and interviews with the local community based on education in the field and community culture with local development perspectives. From the results, it was verified that there is a strong connection between students and teachers, referring to a feeling of belonging with the school unit. Most of these teachers were students at this school. An unsatisfactory point is represented by the residential distance to school, because the students come from distant rural areas, thus interfering in school performance. According to the testimony of the collaborating subjects in the research, the school, since the beginning of its construction favored and contributed to the community enjoying this space for human development. Some of the residents went to the urban area to seek new knowledge and returned with a higher level, mostly with training in pedagogy. Social issues are not only the results of education, but also necessary for public policy issues for the man of the field, such as the work infrastructure, in order to result in a quality education, focused on the formation of citizenship.

Keywords: Country Education; Community; Culture; Rural Area.

Resumen: El trabajo es el resultado de la disertación defendida en 2015, la investigación tuvo lugar en el Distrito de Pontinha do Cocho, municipio de Camapuã, en el Estado de Mato Grosso do Sul, en la Escuela Estatal Joaquim Malaquias da Silva. El objetivo central fue analizar el proyecto pedagógico de la escuela en estudio, así como verificar las dificultades de los estudiantes para acceder a los estudios y la continuidad. Los datos de la investigación se obtuvieron a través del análisis bibliográfico, cuestionarios estructurados aplicados a la comunidad escolar y entrevistas con la comunidad local basadas en la educación en el campo y la cultura comunitaria con perspectivas de desarrollo local. A partir de los resultados, se verificó que existe una fuerte conexión entre estudiantes y docentes, referidas a un sentimiento de pertenencia con la unidad escolar. La mayoría de estos maestros eran estudiantes de esta escuela. Un punto insatisfactorio está representado por la distancia residencial a la escuela, porque los estudiantes provienen de áreas rurales distantes, lo que interfiere en el rendimiento escolar. De acuerdo con el testimonio de los sujetos colaboradores en la investigación, la escuela, desde el inicio de su construcción favoreció y contribuyó a que la comunidad disfrutara de este espacio para el desarrollo humano. Algunos de los residentes fueron al área urbana para buscar nuevos conocimientos y regresaron con un nivel superior, principalmente con capacitación en pedagogía. Las cuestiones sociales no solo son el resultado de la educación, sino también necesarias para cuestiones de política pública para el hombre del campo, como la infraestructura de trabajo, con el fin de dar como resultado una educación de calidad, centrada en la formación de la ciudadanía.

Palabras clave: Educación en el País; Comunidad; Cultura; Zona rural.

Introdução

O grande desafio da educação no campo é precisamente saber reconhecer os diferentes territórios onde se inserem os sujeitos e a produção que estabelece cada local. Os professores,

em sua maioria, têm somente a formação inicial e sem a preparação da prática, acabam adotando a dinâmica estabelecida pelas escolas. Outra tarefa difícil é conhecer os ritmos e processos que dialogam com os interesses das diversas formas de cada comunidade em particular. A socialização do conhecimento estabelece um elo de trocas entre os sujeitos da aprendizagem, mediadas pelas práticas educativas.

A observação do cotidiano social permite ver as lutas que ocorrem em vários lugares e grupos do Brasil. As experiências de mobilização e organização de pequenos e grandes grupos buscam alternativas que venham ao encontro das necessidades e dos desafios do atual momento histórico. Gohn (1995) ressalta que:

Os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995, p. 44)

Há razões que fazem acreditar que os movimentos sociais encontram-se contextualizados em meio às transformações ocorridas na sociedade, e que surgem com o intuito de dar sentido às lutas e busca de melhores condições de vida, princípios do ponto de vista da educação no campo.

A educação no campo nasceu com as comunidades camponesas, que iniciaram a luta pela implantação de escolas públicas para os sujeitos que estão aí inseridos. Essa educação no campo passa a ter uma pedagogia voltada para a realidade dos camponeses e para uma política educacional com docentes formados para esse fim. A partir de 1990, com os movimentos sociais principalmente dos Movimentos dos Sem Terra (MST), houveram avanços significativos para essa educação, como políticas públicas o reconhecimento na Lei de Diretrizes e Base (Lei n. 9394/96).

A trajetória dos movimentos instalados no Brasil, com avanços e retrocessos nas lutas das idealizações e dos sujeitos inseridos no meio rural objetivam o oferecimento de uma educação no campo de boa qualidade.

O entendimento dessa relação da escola com os movimentos sociais do campo, principalmente do Movimento Sem Terra (MST), desencadeia uma capacidade coletiva de análise das condições presentes em cada escola rural e coloca os objetivos de formação dos sujeitos como centro das discussões de mudança, seguindo um panorama vinculado à vivência do local e suas relações intergrupais, que constituem trocas de fazeres e saberes.

Sobre a educação no campo, estudos diversos vêm sendo desenvolvidos por pesquisadores de múltiplas áreas da ciência e nesse contexto se faz referência a alguns autores, como Arroyo (2006) e Molina (2006), que têm contribuído para a reflexão sobre essa situação educacional, a partir do panorama histórico da educação no campo na sociedade brasileira.

De fato, o sentido da participação coletiva na construção do projeto político pedagógico das escolas no/do campo e seu enraizamento nos contextos sociais, culturais e econômicos da sociedade no/do campo quer acolhê-la como proposta de ensino e de aprendizagem, que viabilize e valorize os conhecimentos prévios dos sujeitos da escola no campo, podem ter ressonância nos órgãos públicos.

Com base na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Art. 33 da Lei nº 11.494/2007, a política de educação no campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. De acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e do disposto no Decreto nº 7.352/10, *in litteris*:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2007, p. 1).

Considerando a linha da necessidade de adequação da educação oferecida nas escolas no campo, é preciso salientar os princípios dessa modalidade de educação, delineados pelo mesmo Decreto nº 7.352/10, como se vê *in verbis*:

Art. 2º São princípios da educação do campo:
I- respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II- incentivo à formulação de projetos políticos-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III- desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV- valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

V- controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo (BRASIL, 2007, p. 1).

Convém lembrar que, mesmo com as conquistas relativas à formalização jurídica do direito, a educação para à população do/no campo se originaram das lutas dos movimentos sociais. A educação é essencialmente uma prática social presente em diferentes espaços e momentos do desenvolvimento da vida social.

Nessa linha de pensamento, a educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre papel destacado nos processos formativos, por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional (DOURADO, OLIVEIRA, SANTOS, 2007).

O caminho percorrido ao conhecimento da escola

Pontinha do Cocho é um distrito do município de Camapuã, localizado ao Norte do estado de Mato Grosso do Sul. A comunidade teve início no ano de 1901, quando moradores do Triângulo Mineiro migraram para o Oeste do Brasil. Em função da fertilidade do solo, das características propícias para criação de gado e do espaço para edificações de casas, a região despertou interesse de famílias do Estado de Minas Gerais, sendo que uma dessas famílias a se instalar na região foi a de Malaquias.

Quanto à economia local, ficou evidente que os moradores dependem do entorno, que é composto pelas fazendas vizinhas que propiciam trabalho, destacando a pecuária e a leiteria,

em que o leite é levado para o município de Camapuã e a carne bovina para os abatedouros dessa região. (Figura 1).

Figura 1 – Localização do Distrito de Pontinha do Cocho, município de Camapuã/MS



Fonte: <http://www.ms.gov.br/index.php>

A condição de proprietário e da posse da terra representa para o camponês a sua liberdade e autonomia sobre o seu trabalho e produto. A propriedade da terra é importante para a existência camponesa, como também é garantia de trabalho e subsistência da família.

Conforme depoimentos dos moradores atuais, foi a partir dos conflitos mineiros que a família Malaquias migrou para região e se apropriou de terras. A história da educação escolar iniciou-se quando o Senhor Joaquim Malaquias da Silva fez doações de terras para a construção de uma escola, começando com uma pequena sala de madeira.

No ano de 1970, essas terras foram loteadas para vendas, logo alguns moradores compraram os terrenos para a construção de suas respectivas casas (Figura 2).

Figura 2 - Entrada do Distrito

Fonte: Suely Cristina, 2014.

O projeto pedagógico da escola no campo: escola estadual Joaquim Malaquias da Silva

As escolas no campo têm como objetivo apoiar processos de desenvolvimento local e regional, desde quando foram reconhecidas como escolas no campo, de acordo com a Lei nº 2.787, de 24/12/2003 que organiza o sistema estadual de ensino de Mato Grosso do Sul.

A Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva (figura 3) está localizada na Avenida Joaquim Malaquias da Silva, Distrito de Pontinha do Cocho, no município de Camapuã, Mato Grosso do Sul, e sua mantenedora é a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, CNPJ nº 02585924/0001/22. Essa escola passou a ser reconhecida como escola no campo em 2012, atendendo à Educação Básica no Campo, conforme a Resolução/ SED n.2.501, de 20 de dezembro de 2011.

Figura 3 - Vista parcial da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva



Fonte: Acervo da Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva, 2014.

Atos legais

A Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva é a única Unidade de Ensino da localidade, distante 55 km do município de Figueirão/MS e 72 km do município de Camapuã, atendendo a alunos oriundos da zona rural, nos períodos vespertino e noturno. A escola foi criada pelo Decreto nº 1335, de 24/04/1978, D.O. nº 568, de 26/04/1978. De acordo com a Deliberação do CEE nº 0342, de 07/10/1982, foi firmada a autorização de funcionamento da 1ª à 8ª série. A Deliberação do CEE nº 1508, de 14/05/1987, efetiva o Reconhecimento da 1ª à 8ª série e a Resolução/SED nº 1685, de 05/01/2004, formalizou o credenciamento e a autorização de funcionamento do Ensino Fundamental.

De acordo com a Resolução/SED nº 1518, de 06/12/2001, houve a autorização para o funcionamento do Ensino Médio. A escrituração escolar está organizada de forma prática e funcional, atendendo ao disposto pela legislação em vigor. Os recursos financeiros são oriundos dos governos federal e estadual e da Associação de Pais e Mestres (APM). Em 2006, foi autorizado o funcionamento da sala de Tecnologias Educacionais, que se encontra instalada com computadores, mesas e cadeiras e ar condicionado.

Aspectos curriculares

O currículo da Escola Joaquim Malaquias da Silva é visto como um conjunto de valores e experiências vivenciadas dentro e fora da escola, apontando para uma escola que entende a aprendizagem como um processo e que respeita as diferenças das necessidades do educando de aprender, auxiliando-o a progredir a níveis cada vez mais elevados de compreensão da realidade

e atendendo à pluralidade cultural que a escola defende e que se trabalha no currículo a diversidade de credos, raças, etnias e gênero. Além disso, o enfoque sobre a cultura afro-brasileira e de suma importância tendo em vista o legado histórico dos afrodescendentes para a cultura brasileira.

Podemos observar que no currículo elaborado da escola aborda o tema da educação do trânsito em que se trabalha de forma preventiva com o objetivo de formar uma população consciente sobre as leis e normas do trânsito, reduzindo o número de acidentes. Preocupa-se com fomentação da cultura regional e local, levando os alunos a valorizar as suas origens e sua formação histórica.

Outros temas como saúde, sexualidade e higiene; física, mental e social, *bullying*, drogas, consumismo, alcoolismo e tabagismo, também enriquecem o conteúdo programático do currículo, que são trabalhados pelos professores, interagindo com o professor da sala de informática, com a finalidade de enriquecer e proporcionar maior conhecimento e aprendizagem, além de estar em contato com o conhecimento virtual e o acesso às modernas tecnologias.

A escola não é apenas um espaço social emancipatório ou libertador. É um cenário de socialização da mudança, sendo um ambiente social, tem um duplo currículo, o explícito e o formal, o oculto e o informal. A prática do currículo é geralmente acentuada na vida dos alunos estando associada às mensagens de natureza afetiva e às atitudes e valores. O currículo educativo representa a composição dos conhecimentos e valores que caracterizam um processo social. Arroyo (1999, p. 27) enfatiza que:

A escola deve interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científicos técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade.

A Escola Estadual Joaquim Malaquias da Silva, em 2014 vem trabalhando com projetos voltados para atividades extraclasse do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, dentre esses projetos destacam-se: Projeto de inclusão digital (Figura 15), Projeto sacolinha de leitura, Projeto educação para o trânsito, Projeto leitura e produção de texto. Do 6º ano do Ensino Fundamental II ao 3º ano do Ensino Médio, no período vespertino existe o projeto “Inter-classe”. Já no período noturno há o projeto “Futebol na Escola”, com o intuito de motivar os

alunos na busca de compromisso com o ensino e a aprendizagem, todas as atividades dos projetos são registradas em fotografias que constituem o acervo histórico da escola.

Nessa prática educativa a escola espera evitar a evasão escolar, em especial do período noturno, em que a maioria dos alunos é oriunda da zona rural, trabalhadores e/ou filhos de trabalhadores rurais que em determinadas circunstâncias priorizam o trabalho em detrimento do ensino. É importante frisar que cada projeto possui caráter flexível, podendo sofrer intervenção ou até mesmo a interrupção, após estudo dos resultados obtidos com a sua execução.

A Proposta Pedagógica da escola em pesquisa reconhece as variáveis do seu entorno, de acordo com sua realidade e da comunidade escolar como um todo. Deve-se verificar as necessidades e prioridades a serem minimizadas pelas ações que, em conjunto, a escola estabelece a fim de diminuir a distância entre o real e o ideal delineado. A escola atende no turno vespertino, das 12h30min às 16h50min, e no noturno, das 18h30min às 22h50min. Cada período é constituído de cinco aulas de 50 minutos cada.

A Educação Física na Escola funciona em horário normal no vespertino. No período de baixa umidade do ar, as aulas são teóricas e realizadas em sala ou na quadra esportiva com brincadeiras recreativas. O quadro docente apresenta-se composto em sua maioria de convocados e apenas dois professores são efetivos. Todos os professores têm graduação e alguns são especialistas. Segundo informação do diretor escolar por meio de entrevista “As relações entre a escola e a comunidade são desenvolvidas pelas ações educativas em parcerias, visando à integração, à confraternização, à solidariedade, à descoberta de talentos e ao resgate das tradições culturais e sociais”.

Essa escola tem um trabalho voltado para o espaço interno e externo da comunidade escolar, procurando enriquecer a formação do educando para atender à realidade da comunidade. Além disso, prioriza a formação humana e a construção dos sujeitos do campo e procura trabalhar de forma coletiva em busca de um processo de humanização.

A educação no campo deve ser parte absolutamente necessária do desenvolvimento local, que se configura como espaço que reúne, simultaneamente, condições de moradia, trabalho e educação.

Considerações finais

Com base nos estudos realizados, conclui-se que a educação do/no campo contribui para o desenvolvimento local. Nessa perspectiva, há uma possível forma de organizar os processos educativos, que vão construindo o protagonismo dos alunos na sua formação, desenvolvendo a aprendizagem, valorizando a cultura e os costumes da comunidade.

A escola desempenha papel relevante no despertar, desenvolver e consolidar essa consciência nesses sujeitos, promovendo de forma endógena à comunidade e o desenvolvimento dos projetos escolares possibilita a autonomia da comunidade refletindo no desenvolvimento local.

Em síntese, a comunidade escolar consiste em proporcionar ao indivíduo a possibilidade de apropriar-se dos conhecimentos despertando suas capacidades, redirecionando os próprios destinos. Conforme o depoimento dos sujeitos-colaboradores da pesquisa percebe-se que a escola desde o início da sua construção favoreceu e contribuiu para que a comunidade usufrísse desse espaço no desenvolvimento humano.

Parte dos moradores foi para a área urbana buscar novos conhecimentos e retornaram com nível superior, em sua maioria, com formação em pedagogia. Nota-se que apenas a educação não é impactante sobre as questões sociais e são necessárias políticas públicas para o homem do campo, com a finalidade de resultar em uma educação de boa qualidade, voltada para a formação da cidadania.

Verifica-se que há uma forte ligação entre alunos e professores, referente a um sentimento de pertença com a unidade escolar, pois grande parte dos professores foi aluno dessa escola.

As questões culturais e identitárias observadas na comunidade são necessárias para compreender a cultura e o momento histórico, pois retratam o papel que os saberes tradicionais desempenham na construção das identidades e na preservação das manifestações culturais.

Ao se estudar a comunidade Pontinha do Cocho é possível perceber relações de vínculo social a partir do conhecimento enviesado nos processos educativos, que estão integrados nas condições do contexto social, estruturados pelos desafios coletivos. A escola está empenhada na formação de indivíduos com participação e ações na construção da própria história.

Referências

- ARROYO, Miguel. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica (org). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, MDA, 2006.
- ARROYO, Miguel. Educação básica e movimentos sociais. In: VV.AA. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: UnB, 1999. p. 15-52.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. **Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstração no currículo**. Brasília: Plano Editora, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 9394 de 20/12/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.
- BRASIL. **Plano nacional de educação**. Brasília: Senado Federal, 2001.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais** – temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 2001.
- BRASIL. **Referências nacionais para a educação do campo**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Projeto Base**. Brasília: SECAD/MEC, 2008. 48 p.
- BRASIL. **Lei nº 11.494/2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm. Acesso em: 12 de mar de 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB 1**, de 3 de abril de 2002. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002.
- DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. *Série Documental: Textos para Discussão*, Brasília, DF, v. 24, n. 22, p. 5-34, 2007.
- GOHN, M. G. M. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 1995, v.1.
- MATO GROSSO DO SUL. **Decreto n. 1335, de 24/04/1978**, cria a escola Joaquim Malaquias da Silva, publicado em Diário Oficial n. 568, de 26/04/1978.
- MATO GROSSO DO SUL. **Conselho Estadual de Educação**, deliberação CEE/MS n. 0342, de 07/10/1982, autoriza o funcionamento de 1ª a 8ª série.

MATO GROSSO DO SUL. **Conselho Estadual de Educação**, deliberação CEE/MS n. 1.508, de 14/05/1987, reconhece o funcionamento de 1^a a 8^a série.

MATO GROSSO DO SUL. **Secretaria Estadual de Educação**, resolução SED/MS. n. 1.518, de 06/12/2001, autoriza o funcionamento do ensino médio na escola.

MATO GROSSO DO SUL. **Secretaria Estadual de Educação**, resolução SED/MS. n. 1.685, de 05/01/2004, credencia e autoriza o funcionamento da escola.

MOLINA, Mônica, C. A constitucionalidade e justicibilidade do direito à educação dos povos do campo. In: SANTOS, Clarice dos (Org.). **Educação do Campo**: Campo- políticas públicas - educação. Brasília: Incra; MDA, 2008.

Recebido em 11 de setembro de 2021.
Aceito em 12 de outubro de 2021.
Publicado em 04 de novembro de 2021.